



Rede Parlamentar Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação (APNIFFT)

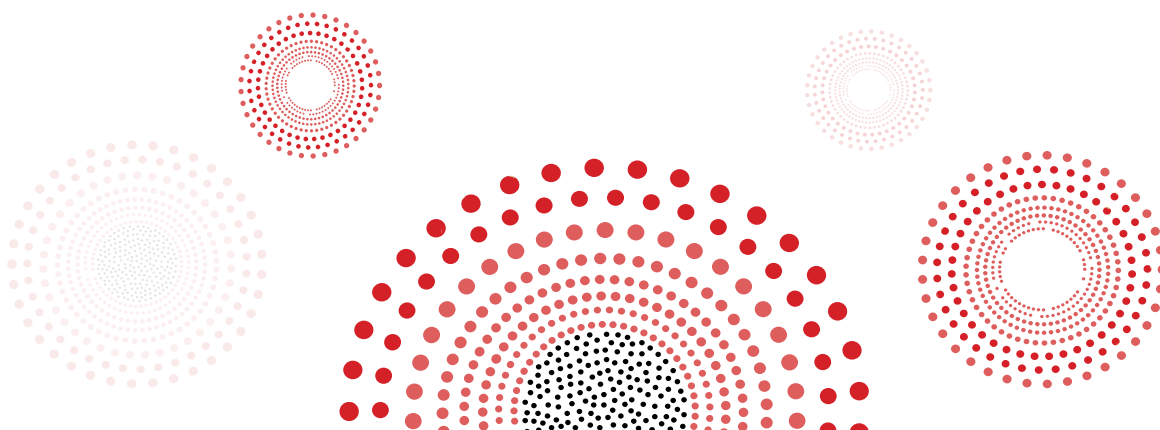
Conferência Continental

Tema

Uma Década de Combate aos
Fluxos Financeiros Ilícitos e
Avanço da Justiça Fiscal: Reflexão,
Inovação e Vontade Política

 13 a 15 de outubro de 2025

 África do Sul



Reunião Continental da APNIFFT Outubro de 2025



Introdução

A Rede Parlamentar Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Tributação (APNIFFT), sob a coordenação da Rede de Justiça Fiscal da África (TJNA), funciona como a principal plataforma continental para a liderança parlamentar na luta contra os fluxos financeiros ilícitos (FFI) em África. Através de uma plataforma de colaboração, melhores práticas baseadas em evidências, troca de informações e formulação de políticas estratégicas, a APNIFFT capacita os legisladores a combater os fluxos financeiros ilícitos (FFIs) e garantir estruturas tributárias justas que apoiem o desenvolvimento sustentável de África. A APNIFFT também capacita os legisladores africanos a traduzir as exigências globais de justiça fiscal em reformas viáveis a nível nacional através de grupos parlamentares nacionais. Ao longo da última década, a APNIFFT evoluiu de uma iniciativa pan-africana pioneira para uma força formidável que molda a agenda fiscal e de governação de África.

Contexto

A Conferência Continental da APNIFFT 2025 constitui um momento crítico para a reflexão estratégica, a renovação de compromissos e o envolvimento num diálogo prospectivo sobre o futuro da rede APNIFFT. Baseia-se no impulso da ação parlamentar contra os IFFs construído ao longo dos últimos 10 anos, desde que a APNIFFT foi concebida pela primeira vez. A conferência espera responder com propostas concretas às crises fiscais cada vez mais profundas do continente, ao aumento do endividamento e aos apelos crescentes por modelos de desenvolvimento sustentável.

Os deputados e legisladores de toda a África estão numa posição única para desempenhar um papel transformador na luta contra os IFFs na próxima década. Como guardiões e aprovadores dos orçamentos nacionais, leis fiscais e mecanismos de supervisão, eles possuem a autoridade constitucional para fortalecer a mobilização de recursos internos, promulgando uma legislação fiscal robusta que apoie os esforços para coibir a evasão fiscal, a elisão fiscal e a erosão da base tributária e a transferência de lucros. Através dos seus poderes legislativos, os deputados

podem colmatar lacunas regulamentares, pressionar para a renegociação de tratados fiscais injustos, exigir a divulgação da propriedade efetiva e reformar os incentivos fiscais que são frequentemente explorados por empresas multinacionais. Além disso, ao examinar as despesas públicas e rever os tratados, podem garantir que os acordos de cooperação fiscal internacional estejam alinhados com as prioridades de desenvolvimento nacional e não sejam negociados em segredo ou em detrimento dos seus interesses económicos.

Para além da elaboração de leis, os legisladores africanos têm um papel vital na construção da vontade política, garantindo a responsabilização e amplificando as vozes dos cidadãos na agenda nacional, regional e global contra a IFF. Como representantes do povo, podem convocar audiências públicas, exigir relatórios transparentes sobre os fluxos financeiros transfronteiriços e pressionar para que sejam tomadas medidas contra as táticas agressivas das multinacionais.

A sua participação ativa na APNIFFT pode promover respostas coordenadas, partilhar as melhores práticas e pressionar pela implementação de quadros a nível continental. À medida que o sistema fiscal global evolui, particularmente com o estabelecimento de uma convenção fiscal da ONU, os deputados africanos serão cruciais para garantir que estas reformas sejam efetivamente domesticadas, promovendo a justiça fiscal e assegurando o financiamento para o desenvolvimento inclusivo.





Contexto

Os IFF continuam a ser uma das ameaças mais significativas ao desenvolvimento sustentável de África. Continuam a tornar a Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) e, mais importante ainda, a Agenda 2063 da União Africana (UA), inatingíveis. As estimativas da Comissão Económica das Nações Unidas para África situam as perdas anuais em 88,6 mil milhões de dólares devido aos IFF, principalmente através de um planeamento fiscal agressivo, corrupção e lacunas regulamentares. Estes são recursos que, de outra forma, poderiam financiar serviços públicos de qualidade, reduzir a desigualdade e apoiar a resiliência climática e sanitária.

Nos últimos dez anos, desde a publicação do Relatório do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos da África, em 2015, a escala e a complexidade dos IFF aumentaram, cruzando-se com novos riscos emergentes com o aumento da digitalização do comércio, complexidades em torno da tributação de extrativos, problemas com a tributação de serviços transfronteiriços e evasão fiscal corporativa.

O Relatório do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos da África, também conhecido como Relatório Mbeki, marcou um momento decisivo,

apelando a uma ação urgente, coordenada e sistémica para conter os FII. Este relatório inspirou o nascimento da APNIFFT e galvanizou os esforços continentais e nacionais no âmbito da União Africana. Dez anos depois, a influência da APNIFFT é visível em grupos parlamentares nacionais, reformas jurídicas, debates sobre política fiscal e um maior envolvimento dos cidadãos em mais de 40 países africanos.

A Conferência Continental da APNIFFT 2025 não é, portanto, apenas uma comemoração de uma década de impacto, mas também um momento estratégico de reorientação.

Ela ocorre num contexto marcado por: a negociação de uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional e os crescentes apelos para que África assuma a liderança na regulamentação fiscal global; a pressão sobre os países africanos para aumentar as receitas internas a fim de financiar a Agenda 2063, especialmente diante dos choques climáticos, crises de saúde e desafios da dívida soberana; um impulso continental renovado para combater tratados fiscais prejudiciais, mobilizar receitas da economia digital e melhorar a transparência da propriedade das empresas e a presidência da África do Sul do G20.



Conferência Continental de 2025

A reunião continental da APNIFFT será convocada antes da Cimeira do G20, proporcionando uma plataforma crítica para os legisladores africanos consolidarem e articularem as prioridades do continente. Espera-se que este encontro gere um forte contributo parlamentar para as discussões do G20, garantindo que as vozes africanas — especialmente as dos legisladores responsáveis pela legislação interna, supervisão e responsabilidade orçamental — sejam refletidas na definição das políticas fiscais e financeiras globais. A reunião da APNIFFT servirá, assim, como um espaço de mobilização fundamental para influenciar a agenda do G20 e reforçar a liderança de África na promoção da justiça fiscal e da transparência financeira no cenário global.

Neste momento em que a governação financeira global está a ser criticamente reavaliada, a liderança da África do Sul no G20 pode ajudar a amplificar a voz do continente em questões-chave, tais como fluxos financeiros ilícitos, cooperação fiscal internacional equitativa, financiamento climático e reforma da arquitetura financeira global. A presidência também posiciona a África do Sul como uma ponte entre as perspetivas do Sul Global e a formulação de políticas do G20, facilitando um alinhamento mais forte entre os processos do G20, o processo FFD4 e o processo da convenção fiscal da ONU.

Além disso, a nível internacional, a adoção dos Termos de Referência (ToR) para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional (UNFCITC) em agosto de 2024 marca um passo histórico para a construção de um sistema fiscal globalmente inclusivo e sensível às necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente em África. Esta Convenção visa contribuir para colmatar o défice de financiamento dos ODS, estabelecendo uma estrutura de governação permanente ancorada numa Conferência das Partes (COP) e desenvolvendo protocolos temáticos para abordar questões urgentes como a tributação da economia digital, os fluxos financeiros ilícitos, as práticas fiscais prejudiciais e os litígios fiscais.

Para África, este processo representa uma oportunidade crítica para afirmar a soberania fiscal e desbloquear o potencial de receitas há muito reprimido. O protocolo sobre a tributação dos rendimentos provenientes da prestação de serviços transfronteiriços numa economia cada vez mais digitalizada e globalizada poderá ser particularmente transformador, uma vez que permitiria aos países africanos tributar os prestadores de serviços digitais e profissionais estrangeiros que atualmente operam com uma pegada fiscal mínima. Simultaneamente, o segundo protocolo sobre a prevenção e resolução



eficazes de disputas fiscais promete resultados mais rápidos e vinculativos para desacordos fiscais que, historicamente, bloqueiam receitas significativas. Em conjunto, estes protocolos oferecem uma base para um sistema fiscal internacional mais justo e orientado para o desenvolvimento, ao mesmo tempo que permitem a harmonização regional das regras fiscais e reforçam a posição de África nas negociações globais.

A conferência APNIFFT também acontecerá logo após a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4). A FFD4 é de vital importância para a África, pois proporciona uma plataforma única e de alto nível das Nações Unidas que reúne nações para discutir e chegar a um acordo sobre um roteiro sobre questões de tributação, dívida, comércio e cooperação internacional para o desenvolvimento sob o mesmo teto. Para os países africanos, este fórum oferece uma oportunidade rara de influenciar as normas globais de financiamento de uma forma que se alinhe com as prioridades estruturais e de desenvolvimento do continente. Através do processo FfD, os governos africanos

estão a pressionar por regras fiscais internacionais mais justas, maior transparência sobre os fluxos financeiros ilícitos e maior apoio à mobilização de recursos internos.

Espera-se que o documento final do FfD4 capte e defenda as ambições de África para um desenvolvimento sustentável e equitativo, promovendo reformas fiscais nacionais e reforçando a capacidade para uma gestão eficaz das finanças públicas. Promove a tributação progressiva, a formalização do setor informal e uma maior transparência fiscal, todos eles aspetos essenciais para financiar bens públicos e colmatar as desigualdades.

A inclusão de compromissos como apoiar as negociações da Convenção Fiscal da ONU, melhorar os registos de propriedade efetiva e fornecer assistência técnica orientada para a procura sinaliza uma mudança para uma cooperação internacional mais inclusiva e equitativa. Para África, este não é apenas um evento diplomático — é um momento estratégico para influenciar a futura arquitetura financeira global de forma a centrar as suas necessidades de desenvolvimento e soberania na política tributária e fiscal.

Objetivos da conferência

A Conferência Continental APNIFT 2025 tem como objetivo:

1. Refletir sobre a década de ação, avaliando a implementação das recomendações do relatório do Painel de Alto Nível e o papel da APNIFT na promoção de reformas em toda a África.
2. Reforçar a liderança política para reacender o compromisso político e parlamentar de alto nível na luta contra os fluxos financeiros ilícitos e fortalecer a mobilização de recursos internos.
3. Lançar uma estratégia pós-2025 após o envolvimento dos membros da APNIFT e dos nossos parceiros na definição de uma estratégia visionária para a próxima fase de ação, alinhada com as prioridades continentais.
4. Fornecer insights baseados em evidências sobre os facilitadores políticos, legais e tecnológicos dos IFF, nos níveis nacional, sub-regional e regional.
5. Aprofundar as alianças para facilitar uma colaboração significativa entre parlamentos, sociedade civil, meios de comunicação e parceiros internacionais para construir um movimento pan-africano pela justiça fiscal.

Resultados esperados

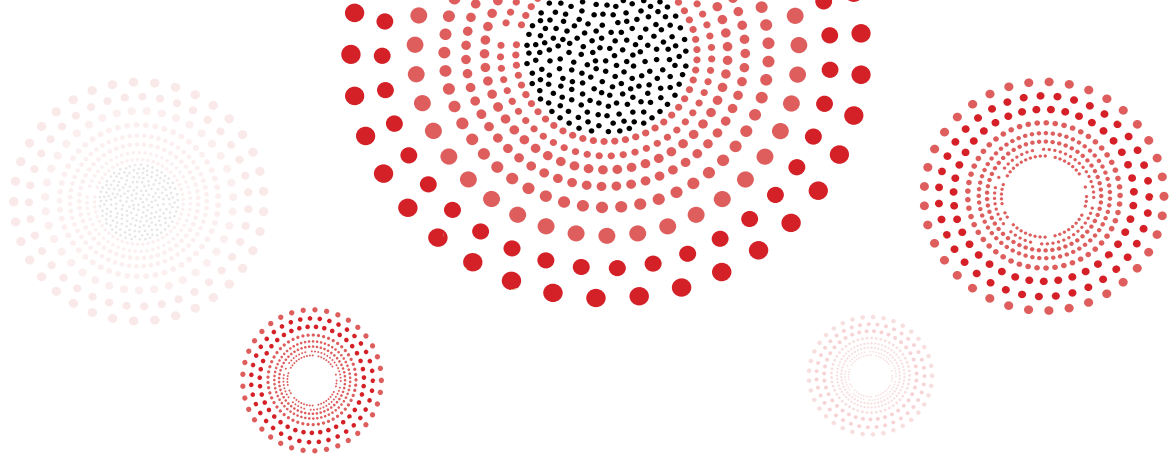
1. Maior conhecimento entre os membros do parlamento sobre IFFs, tributação e justiça fiscal.
2. Um Quadro Estratégico pós-2025 para a APNIFT destacando a intervenção parlamentar e legislativa nos próximos dez anos
3. Recomendações políticas para reforçar e harmonizar as leis fiscais africanas.
4. Parcerias parlamentares-OSC reforçadas para promover a responsabilização, a participação dos cidadãos e a supervisão legislativa na governação fiscal.

Participantes

A conferência reunirá:

1. Membros do Parlamento dos Grupos Nacionais da APNIFT em toda a África
2. Representantes de agências governamentais
3. Representantes de organizações da sociedade civil
4. Especialistas em políticas e questões jurídicas
5. Parceiros de desenvolvimento e meios de comunicação





Para mais informações, por favor entre em contato

TJNA

Senhor Francis Kairu

Telefone: +254 721 153 494

E-mail: fkairu@taxjusticeafrica.net

Senhor Xavier Ndalila

Telefone: +254 715 332 255

E-mail: xndalila@taxjusticeafrica.net
